

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DE REDE SOCIAL NAS SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME¹

Fernanda Fioravante

E-mail: fernandafioravante@uol.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

O artigo trata da aplicação da noção de rede social à análise das sociedades de Antigo Regime. Nesse sentido, o texto apresenta uma visão geral dos princípios norteadores da análise de rede atentando para categorias sociais que servem ao estabelecimento de redes sociais e à melhor compreensão do comportamento social nas sociedades de Antigo Regime, tais como: família, compadrio, amizade e clientelismo. O texto sublinha vantagens e desvantagens do pertencimento a uma rede social, na medida em que nas sociedades de Antigo Regime a vinculação se fazia presente no cotidiano das pessoas, concorrendo para o sucesso ou fracasso em várias esferas da vida. Nessa esteira, o artigo aborda em que medida o comportamento social era condicionado pelo pertencimento a uma rede social ou restava fruto de uma estratégia racional empreendida pelo sujeito. Por fim, o texto correlaciona as redes sociais com a ideia de poder, atentando para a possibilidade de o indivíduo maximizar seu poder precisamente em função do pertencimento a uma rede.

Palavras-chave: rede, Antigo Regime, estratégia.

ABSTRACT

The article studies the application of the notion of social network in the analysis of the societies of Old Regime. Thus, the paper presents an overview of the structuring principles of network analysis attending to social categories that serve to establish social networks and better understanding of social behavior in the societies of the Old Regime, such as: family, co-parenthood, friendship and patronage. Moreover, the text underlines advantages and disadvantages of the belonging to a social network because in the societies of Old Regimen frequently people established connections with each others, concurring directly for the success or failure in some spheres of the life of an individual. Thereby, the article discusses how much social behavior was conditioned by the belonging to a social network or it was a rational strategy undertaken by the individual. Finally, the text correlates the social networks with the idea of power, underlining the possibility of the individual to maximize its power for belonging to a network.

Keywords: network, Old Regime, strategy.

¹ Esta pesquisa conta com o financiamento da CAPES na modalidade PNPd.

Introdução

Em termos gerais, as redes sociais são representadas graficamente por pontos que designam os atores sociais. Na medida em que apresentam vínculos, tais pontos são conectados por linhas que podem ou não indicar a posição do indivíduo na hierarquia da rede, a densidade dos vínculos, a direção dominante, a duração, a frequência com que ocorrem, etc. Tendo sua origem em várias matrizes teóricas, englobando desde a teoria dos grafos da matemática, passando pela teoria do equilíbrio estrutural da psicologia social, até o conceito de “estrela sociométrica” da sociometria, a teoria de redes tem amplo emprego. No campo das análises sociais, permite uma profunda observação das interações entre os indivíduos e suas implicações na sociedade (LEIVA 2008, p. 21; SANTOS 2003, p. 5).

Aplicada à sociedade, a noção de rede apresenta como pressupostos básicos a consideração das relações interpessoais e a natureza de tais relações. O estudo detido desses vínculos permite a observação da capacidade que cada ator social possui de manipular o conjunto de suas ligações com o fim de satisfazer seus interesses (ou de seu grupo) permitindo, inclusive, o acesso às ações e às influências exercidas em instituições nas quais o indivíduo atua (BOISSEVAIN 1979, p. 392; CUNHA 2000, p. 396; CUNHA 2010, p. 119). De acordo com Edward Laumann e Franz Urban Pappi, quanto mais informações sobre a estrutura interna das coalizões no interior de uma rede – de modo a permitir a visualização dos recursos detidos por seus membros, sua capacidade de influência, as orientações de valores e as estratégias adotadas por seus líderes etc. –, maiores são as possibilidades de interpretação (LAUMANN & PAPPI 1973, p. 225). Dessa maneira, é preciso que se atente não apenas para a existência do vínculo, mas também para o conteúdo da relação (BOISSEVAIN 1979, p. 393).

As redes sociais nas sociedades de Antigo Regime

O primeiro fator a se ter em conta na análise de redes é a natureza do vínculo. Consoante a José Maria Beunza, em uma sociedade de Antigo Regime,² os vínculos como

² Termo cunhado por Alexis de Toqueville para designar a sociedade francesa pré-revolucionária (TOQUEVILLE, 1979). Atualmente a expressão Antigo Regime é empregada para assinalar as sociedades europeias estruturadas em um sistema estamental (clero, nobreza e povo) e em relações econômicas pré-

parentesco, amizade, clientela, entre outros, tinham um alcance diferente do que se observa em sociedades contemporâneas, posto que:

“não eram ‘simples relações interpessoais’ (...) eram vínculos próprios de uma sociedade celular, vínculos estruturantes que comportavam regras de funcionamento estritas, que supunham geralmente o exercício de uma autoridade no âmbito próprio dessa relação e que implicavam em princípio em uma ação solidária no campo social” (BEUNZA 1996, p. 22).

Neste tipo de sociedade, muitas vezes as vinculações não resultavam de adesões livres, pois o teor da relação e seu significado eram anteriores ao sujeito e a ele se impunham. Assim, o indivíduo estava submetido às regras da casa, do parentesco, da vizinhança, das agremiações, da paróquia, dos deveres da reciprocidade ou de qualquer tipo de ligação que tomasse parte. As obrigações podiam sofrer variações segundo o estatuto social que cada um ocupava no grupo. A título de exemplo: as obrigações de um pai, assim como sua posição de autoridade, diferiam dos demais membros da família a ele subjugados.

Nesses termos, o parentesco se constituía em um dos mais importantes tipos de ligação. Não apenas por pressupor a existência de laços mais imediatos e da maior probabilidade de que estes fundassem relações mais densas e duradouras, mas, sobretudo, em função de seu poder estruturante e do forte conteúdo social que poderiam carregar – uma vez que regiam em larga medida a vida coletiva e a coesão social dos indivíduos. Isso porque na sociedade de Antigo Regime, a família era a “primeira instância organizativa”, que, enquanto grupo doméstico, se auto governava. Era por meio da família que o indivíduo recebia sua primeira educação acerca do que era esperado de sua conduta em sociedade, assim como era o lugar onde se designavam e se estabeleciam papéis a serem desempenhados em sua trajetória – pai, filho, mãe, criado, etc. (BEUNZA 1996, *passim* e BEUNZA & KORTA 2010, p. 22).

Ademais, na qualidade de corpo social, a família era dotada de vários significados: conjunto material e humano que se constituía em uma unidade de trabalho, produção e consumo, além de uma unidade que podia gozar de patrimônio simbólico e moral mediante a honra a ela atribuída³ e patrimônio relacional por meio do conjunto de

capitalistas nas quais as interações pessoais e de parentesco exercem profunda influência. (POLANYI, 2000 e LEVI, 2000). No Brasil vem sendo desenvolvida a ideia de Antigo Regime nos Trópicos que se volta para o estudo do Império português entre os séculos XVI e XIX como forma de entender as especificidades de uma sociedade de Antigo Regime nas áreas coloniais (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001 e FRAGOSO & GOUVÊA, 2010).

³ A respeito da transmissão de bens imateriais de geração para geração, cf. LEVI 2000.

vínculos que estabelecia. Portanto, no que respeita aos laços estabelecidos pela família, as redes familiares podiam ser repassadas de uma geração para outra, o que contribuía para a reprodução do sistema social. Para além, há de se acrescentar que se por um lado havia a transmissão de um conjunto de amizades e alianças, por outro esse processo de transmissão de vínculos de pais para filhos podia ocasionar de esses últimos herdarem também as inimizades acumuladas pela família.

A parentela compreendia coalizões de diversas naturezas: família de sangue referindo-se a pais, filhos, irmãos, etc.; ‘família política’ ou por aliança, compreendendo sogros, genros, cunhados, etc.; família de caráter ‘espiritual’ ou compadrio, que tanto poderia reforçar os laços naturais (BEUNZA 1996, p. 31-32) como ampliá-los – inclusive abarcando diferentes estratos sociais, tal como aponta João Fragoso sobre a rede de parentela que unia nobres da sociedade fluminense aos pretos (FRAGOSO, 2007).

As alianças matrimoniais tinham papel relevante na consolidação e/ou ampliação da rede familiar, podendo ocorrer, inclusive, entre grupos rivais – o que alteraria profundamente a composição da família. Ademais, uma política matrimonial acertada ampliaria a rede de influência e se tornaria elemento fundamental para ascensão social. Por outro lado, o descuido ou falta de meios de se estabelecer uma aliança satisfatória poderia comprometer a posição da família na sociedade. Isso porque, de modo geral, o êxito ou o fracasso dos membros da unidade familiar poderia repercutir sobre os demais familiares, ou seja, o sucesso na aliança conjugal ampliaria o escopo de favores, clientes e acesso a novos recursos materiais ou imateriais. Por sua vez, o malogro levaria à perda de capacidade de influência, riqueza e prestígio. Oihane Korta e José María acrescentam ainda que a prática da endogamia concorria para a parentela se tornar mais densa, estando seus membros, por vezes, sujeitos a parentescos múltiplos. Em muitos casos, os matrimônios criavam grupos de poder que tendiam a abarcar importantes postos ou cargos no governo dos povos (BEUNZA & KORTA 2010, p. 31).

Conforme aponta José Maria Beunza, termos como “grupos sociais”, “classes” e “estratos” se mostram insuficientes, e mesmo enganosos, na análise dos atores sociais e da ação social. Isso porque tais categorizações muitas vezes são estabelecidas com base na diferença social, e não na vinculação estabelecida pelos atores sociais. Embora o autor não negue o valor explicativo dessas categorizações, defende que as mesmas não devem ser tomadas como realidades completas, mas sim relativas, posto que elas podem impedir a realização de análises mais amplas da realidade social. Nesse sentido, ressalta

que tais categorias não remetem, necessariamente, a uma unidade de ação ou coletividade, nem mesmo a uma vida em comum. Na verdade, alerta sobre o uso acrítico da noção de “grupo social” que poderia levar o pesquisador a reunir indivíduos que não atuam coletivamente ou a dissociar pessoas que, apesar de pertencerem a grupos diferentes, podem estar vinculadas entre si na vida social (BEUNZA 1996, p. 14).

Complementando os apontamentos do autor, Pilar Ponce Leiva ressalta que muitas vezes a delimitação do grupo a ser estudado é submetida a critérios subjetivos, tais como ocupação social e econômica ou laços familiares. Nesse sentido, faz-se preferível que a demarcação do agrupamento seja definida (para a detecção de vinculações sociais) por meio de uma conjuntura específica na qual os indivíduos aparecessem implicados (LEIVA 2008, p. 26). Nessa esteira segue o apontamento de Simona Cerutti. De acordo com a autora, ao invés de “considerar evidente o pertencimento dos indivíduos a grupos sociais”, com base em pré-concepções dos laços, “é preciso inverter a perspectiva de análise e se interrogar sobre o modo pelo qual as relações criam solidariedades e alianças” (CERUTTI 1998, p. 183).

Não obstante, conforme apontado anteriormente, embora o indivíduo fosse constrangido por uma série de normas e deveres, que em grande medida interferiam ou mesmo limitavam seu raio de ação, as relações efetivas não eram estabelecidas pela norma, mas sim construídas pelas ações dos atores sociais. Desse modo, não são os graus de parentesco que determinam a proximidade ou o distanciamento entre um e outro parente, posto que, na prática, um indivíduo poderia estar mais próximo e manter constantes relações com um familiar cujo parentesco seja distante. Essa relação estabelecida pela prática no interior da parentela é denominada “família de experiência”. Tal denominação projeta um relacionamento caracterizado por trocas continuadas de “bens e serviços, baseados no interesse comum, na interdependência e em obrigações mútuas” (BEUNZA & KORTA 2010, p. 30).

Os laços de amizade também tinham papel fundamental nesse tipo de sociedade, pois pressupunham relações de confiança, de reciprocidade e troca de serviços, assemelhando-se às relações familiares. A relação de amizade podia ocorrer entre indivíduos iguais ou desiguais socialmente, embora possa haver a distinção da coalizão entre desiguais como sendo de clientela. As amizades mais proveitosas eram aquelas duradouras e caracterizadas por intercâmbios de serviços freqüentes podendo ser heranças de família – formando um emaranhado denso no entorno imediato da família

de parentes e amigos conhecidos entre si – ou adquiridas ao longo de trajetórias individuais e carreiras profissionais. Para além, nada impedia que a amizade fosse estendida aos amigos de amigos de um dado indivíduo, o que facultava, assim como na clientela, uma sucessão de mediações que, em caso de necessidade, poderiam contribuir para ampliar o poder de influência e a ação de uma rede (BEUNZA 2010a, p. 251-252 e BEUNZA, 1996, *passim*).

Se, por via de regra, as relações familiares e de amizade eram estabelecidas entre semelhantes, havia uma gama de coalizões de natureza hierárquica que perpassava a sociedade de Antigo Regime. Essas relações de cunho vertical, assim como as ligações familiares e de amizade, possuíam certo caráter moral, pois ambos os lados implicados na relação tinham obrigações recíprocas, embora não fossem as mesmas para um e outro. Todavia, tanto o indivíduo em posição superior como seu dependente poderiam aferir vantagens, uma vez que cumprissem as expectativas que recaiam sobre cada um.

As relações assimétricas formavam a base material do poder dos grupos privilegiados, pois a partir delas emanavam as relações de “dominação e proteção, da exploração e distribuição de recursos, do castigo e da graça”. Não obstante os poderosos pudessem se valer da força, “a manutenção da paz social dependia do bom funcionamento destas relações entre desiguais que também se baseavam no mútuo interesse entre as partes”. Todavia, é preciso lembrar que se de um lado essas relações verticais comportavam intercâmbios de proteção, lealdade, patrocínio e serviço, de outro poderiam gerar situações de abuso e conflito (BEUNZA & KORTA 2010, p. 35- 36).

No âmbito dessas relações, as de patronato e de clientela eram necessariamente assimétricas e proporcionavam uma ligação de tipo verticalizado, uma vez que implicavam em um intercâmbio desigual de prestações e serviços. De um lado, o patrão prestava assistência e proteção ao cliente, conferindo-lhe mercês, possibilitando o acesso a ofícios, facilitando matrimônios, promovendo seus filhos e parentes, facultando a inserção em novos âmbitos relacionais, etc. De outro, em troca da variada sorte de benefícios que poderia receber do patrão, o cliente lhe ficava devedor de lealdade e da prestação de serviços que, da mesma maneira, se manifestava de modos e graus diversos. Nesses termos, António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier formularam a noção de economia moral do dom para explicar a formação de redes clientelares que cimentavam as relações de poder na sociedade de Antigo Regime. De acordo com os

autores, o dom⁴ integrava um universo normativo que lhe retirava toda a espontaneidade, dando origem a uma infinita cadeia de atos benéficos. Desse modo, o ato de “dar” incorporava “uma tríade de obrigações”, qual seja: “dar”, “receber” e “restituir”. Tal tríade era a principal responsável por cimentar as relações políticas e o princípio mesmo de manifestação de poder (HESPANHA & XAVIER 1998).

A “economia moral do dom” evidenciava uma situação na qual o indivíduo agraciado com uma mercê ficava, então, em dívida com quem o proveu. Conforme os autores, “o acto de dar podia corresponder a um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social”. E ainda: “o modelo de troca é o mesmo – prestações materiais em troca de submissão política, *effectus* em troca de *affectus*. Sistema que funciona particularmente bem como processo de conversão de riqueza em poder de auto-reprodução deste poder” (HESPANHA & XAVIER 1998, p. 343-344).

Desse modo, os poderosos se dedicavam a conseguir uma clientela mais extensa e influente quanto possível usando para isso toda sua gama de recursos – riqueza, prestígio, cargos e relações privilegiadas em diversas instâncias e instituições etc. – com o fim de aumentar seu poder de ação e intervenção na sociedade. De outro lado, dependendo da situação do patrão, o cliente poderia ter mais ou menos força para alcançar seus objetivos. Assim, “essas relações de patronato e clientelismo não se fomentavam desde cima, mas também, com freqüência, eram buscadas desde baixo, como fontes de recursos” (BEUNZA & KORTA 2010, p. 38).

De resto, acerca da natureza das relações em uma sociedade de Antigo Regime é necessário que se façam algumas ressalvas no sentido de evitar erros na análise de rede. Conforme Pilar Ponce Leiva, por vezes ocorre uma confusão entre as denominações de grupo e família com a de rede. Conforme vimos anteriormente, a denominação de grupo enquanto instrumento analítico pode reunir em um mesmo conjunto pessoas que não estão vinculadas entre si na vida social ou apartar indivíduos que, apesar de estabelecerem relações entre si, pertencem a grupos diferentes. Assim, o conceito de grupo social carrega consigo a ideia de uma unidade rígida e uniforme, que descarta os vínculos para além de seus limites, ao passo que a rede é dotada de maior flexibilidade.

A noção de família, independentemente da consideração dos laços de sangue ou de sua concepção mais ampla na forma de Casa, tampouco pode ser confundida com

⁴ Acerca da noção de dom, cf. MAUSS 1974 e GODELIER 2001.

rede. Isso porque a rede tem como objetivo a trama das relações sociais, e as relações estabelecidas pelos indivíduos não se esgotam nos vínculos intrafamiliares. Pelo contrário, além de incluir indivíduos que não guardam entre si qualquer parentesco, agrega atores sociais que poderiam ou não ser semelhantes socialmente ou dependentes uns dos outros. Desse modo, o estudo da rede viabiliza transpor o entendimento da estrutura interna da família, uma vez que permite visualizar suas alianças externas (LEIVA 2008, p. 23-24).

Ademais, José Maria Beunza alerta para o risco de uma visão pré-definida ou ritualizada dos vínculos sociais, pois as ligações sociais não são fixas nem pré-estabelecidas. Não obstante o fato de a sociedade de Antigo Regime ter sido permeada de regras e normas que por vezes interferiam nas escolhas dos indivíduos, as relações eram construídas nas ações dos atores sociais. Assim, de acordo com o autor, ao se ater a uma perspectiva ritualizada das relações, corre-se o risco de desprezar as ligações efetivas entre os indivíduos (BEUNZA 2010b, p. 283-284). Isso implica dizer que o parentesco em si não alude necessariamente na existência de uma coalizão; uma amizade pode ser instrumental, caracterizando-se por trocas de bens e serviços entre as partes, ou emocional; e uma ligação entre credor e devedor, por exemplo, não necessariamente implica em uma relação de dependência do segundo para com o primeiro (LEIVA 2008, p. 26). Conforme tais ressalvas, a análise de rede feita com base em pré-determinações exclui, especialmente, “as margens de liberdade e incerteza dentro das quais os atores podem manipular as normas e as representações, reatualizando-as tanto em suas práticas cotidianas como nos conflitos no seio do conjunto social” (BEUNZA 2010b, p. 284). Aqui vale um pequeno desvio para tratar de uma valiosa noção para o estudo das redes sociais: estratégia.

Estratégia e hierarquia nas redes sociais no Antigo Regime

A noção de “estratégia” tem prestado significativa contribuição no sentido de viabilizar o entendimento das ações e das interações sociais do indivíduo com o fim de buscar satisfazer interesses particulares e de grupos corporificados em redes sociais. Tal noção foi desenvolvida por Fredrik Barth,⁵ para quem o conceito de estratégia invoca uma sociedade na qual o sistema de normas se encontra fraturado por uma série de

⁵ Acerca da noção de estratégia cf. BARTH 2000 e BARTH 1981.

incoerências internas. Logo, o comportamento deixa de ser visto como uma “conseqüência mecânica”, passando a fazer parte de um processo dinâmico de transformações sociais (ROSENTAL 1998; LIMA FILHO 1999, p. 163). Nesse sentido, estratégia torna-se um termo chave ao se levar em conta as interações entre os indivíduos, uma vez que por elas perpassam os seguintes aspectos: 1) a ação de cada indivíduo está sujeita à situação que se lhe apresenta, assim como aos recursos materiais que detém; 2) cada transação traz consigo certa dose de incerteza, uma vez que o resultado da ação depende da reação do outro indivíduo.

Do acima exposto, depreende-se que a noção de estratégia está, por conseguinte, profundamente relacionada à ideia de racionalidade. Desse modo, Fredrik Barth “faz do indivíduo um ator”, capaz de realizar escolhas e de tomar decisões segundo seus recursos. Essas escolhas dependem, entre outras coisas, das previsões das ações e das reações de outros atores sociais dentro de uma “margem de manobra” que delimita um “universo de possíveis”. Assim, e procurando fugir de uma análise determinista, a noção de estratégia traz consigo um campo de atuação limitado e nem sempre eficaz para o indivíduo, uma vez que este pode “percebê-lo e avaliá-lo incorretamente ou, simplesmente, não utilizá-lo” (ROSENTAL, 1998). As várias estratégias são, então, traçadas ou abandonadas por parecerem satisfatórias ou insatisfatórias aos olhos do indivíduo, isto é, o sujeito espera que o valor a ser ganho seja superior ao valor a ser perdido.⁶

Embora não atente para a ideia de estratégia em sua reflexão sobre a análise de rede, Jeremy Boissevain assinala um aspecto que pode influir diretamente nas escolhas dos indivíduos, qual seja: a tensão inerente à vinculação entre pessoas. Para o autor, essas tensões se devem, em grande medida, às assimetrias das relações sociais estabelecidas no interior da rede e, conseqüentemente, aos diferentes tipos de recursos aos quais cada membro tem acesso. Tais circunstâncias, de acordo com o autor, conferem o dinamismo próprio às relações sociais (BOISSEVAIN 1979, p. 393). Complementando tal ponto de vista, Pilar Ponce Leiva evoca que no interior de uma rede pode haver interesses diversos – embora nem sempre concorrentes entre si –, sendo que tal diversidade pode vir a afetar a estabilidade da coesão entre seus membros,

⁶ Por valor entende-se “um padrão detido pelos atores que afeta seus comportamentos por orientar suas escolhas (...) refere-se a um padrão de avaliação para o que as pessoas querem ter e ser” – grifos do autor (BARTH, 1981, p. 91-92).

reforçando a fluidez dos vínculos estabelecidos na rede (LEIVA 2008, p. 30). Em essência, o dinamismo ao qual se referem os autores acena para a diversidade de interesses e de estratégias estabelecidas ou abandonadas com o fim de melhor satisfazer seus interesses.

José María Beunza tampouco trata abertamente de estratégia. Contudo, aborda uma situação que poderia ser considerada um erro de cálculo por parte do ator social na medida em que levaria a um resultado potencialmente negativo. Em seu estudo sobre a participação dos filhos das famílias das elites basca e navarra nas estruturas administrativas, militares e econômicas da coroa hispânica, o autor aponta que a troca de correspondências entre parentes, amigos e aconchegados indicava a presença de uma “economia moral”.⁷ Segundo o autor, parentes, amigos e aconchegados compartilhavam uma série de valores e noções de condutas que se construíam na prática costumeira e acabavam perfilando um código de conduta que gerava expectativa sobre a postura de cada um acerca das prestações e deveres de assistência mútua. Tal código de conduta, formado a partir da experiência cotidiana, engendrava uma base sobre a qual os indivíduos realizavam seus cálculos e estabeleciam suas estratégias. Nesses termos, quando no interior de uma rede, o indivíduo, em favor de seus próprios interesses e de suas estratégias, tomava uma atitude diferente da esperada frente aos seus coligados, rompendo de alguma maneira o acordo de troca de prestações entre as partes, havia uma “quebra de confiança”.

Conforme o autor, a economia de bens e serviços não era caracterizada pela liberdade individual. Ao contrário, os indivíduos “deviam corresponder com as obrigações dessa rede complexa de prestações e contrapartidas na medida em que sua própria economia e de sua família se nutriam delas”. Assim, contrariando o esperado dentro de um quadro de normas de conduta próprio à prática costumeira dos membros de uma rede, o indivíduo poderia sofrer conseqüências profundamente negativas – uma vez que em um contexto de Antigo Regime grande parte das trocas de prestações, informações, mediações de serviços, etc. eram feitas com base na confiança (BEUNZA 2010b, p. 288-289). Não obstante seja de extrema relevância o alerta feito pelo autor acerca das possíveis adversidades da associação em rede, é preciso retomar neste ponto

⁷ A noção de “economia moral” mencionada por Beunza refere-se ao conceito cunhado por Edward Palmer Thompson para analisar os motins de fome ocorridos na Inglaterra no século XVIII. Tal noção está assentada em um conjunto de práticas costumeiras e em uma moral que perpassavam a sociedade. Para maiores detalhes, cf. THOMPSON 1998, p. 150-202.

que, conforme Fredrik Barth, a quebra de confiança (quando resultante de escolhas bem calculadas em que o ganho – quer material ou imaterial – seria superior ao valor perdido) poderia fazer parte da estratégia do indivíduo, não contendo, dessa maneira, conseqüências negativas para o dito em seu entender (BARTH 1981, p. 91-92). Para além, por vezes José María Beunza parece acorrentar o indivíduo em uma cadeia de normas ao destacar que essa sociedade não era caracterizada pela liberdade individual, devendo-se “corresponder com as obrigações dessa rede complexa de prestações e contrapartidas”. Contudo, evocando mais uma vez Fredrik Barth, é necessário lembrar que o sistema de normas contava com uma série de incoerências internas, tornando o comportamento social fruto da ação permeada pela racionalidade do indivíduo (ROSENTAL 1998) não do engessamento de condições pré-estabelecidas, como Beunza tratou de rechaçar em outro momento.⁸

Seguindo por outro caminho, Pilar Ponce Leiva também atenta para uma possível dimensão negativa do pertencimento à rede. De acordo com a autora, tomar parte em uma rede pode significar o distanciamento ou mesmo o enfrentamento de outra rede ou de uma parcela da sociedade da qual a rede tomasse parte (LEIVA 2008, p. 29). Todavia, integrar uma rede era fundamental, pois, por intermédio dos vínculos estabelecidos, o indivíduo poderia ampliar enormemente seus recursos com fim de alcançar seus interesses. Logo, se de um lado a associação a uma dada rede poderia levar à aquisição de inimizades, por outro garantiria uma teia de proteção em torno do indivíduo, sem a qual dificilmente alcançaria seus objetivos. Diante do exposto, e tendo em consideração as diferentes estratégias adotadas pelos atores sociais, ao analisar uma rede é preciso que o investigador atente não apenas para a existência do vínculo. Sempre que possível, é preciso também buscar determinar as implicações desses vínculos mediante as escolhas feitas pelos integrantes da rede.

Conforme destacado em outro momento, a análise de rede implica em determinar com o máximo de precisão possível o que se passa entre as partes envolvidas na relação. Sendo assim, um aspecto a ser pontuado neste tipo de estudo diz respeito à utilidade e à densidade das ligações. Nesse sentido, as relações úteis ou mais efetivas baseavam-se em uma constante e fluída troca de bens e serviços que podiam assumir variadas formas – cooperação em negócios, relação de crédito, proteção do patrimônio frente aos

⁸ Tal como apresentado anteriormente, José María Beunza ressaltou os riscos das visões ritualizadas ou pré-estabelecidas nos vínculos sociais (BEUNZA 2010b, p. 283-284).

credores, etc. Caracterizadas pelo intercâmbio mais freqüente, essas relações formavam o núcleo mais denso da rede, sendo comum a existência de indivíduos chamados “trianguladores” ou “conectores”, que se destacam pelo maior número de ligações estabelecidas entre si e com outros membros da rede, contribuindo para gerar densidade no agrupamento, promover a circulação de informações e suscitar a cooperação entre seus membros (BEUNZA & KORTA 2010, p. 30 e BEUNZA 2010a, p. 269).

Para além das ligações mais freqüentes e duráveis (fortes), Mark Granovetter chama atenção para a “força dos laços débeis” (fracos) que, apesar de não ocorrerem com a freqüência dos laços mais densos – caracterizados pelo constante intercâmbio entre as partes –, não podem ser considerados menos importantes no trato da rede social. Conforme o autor, cada indivíduo mantém em seu entorno um grupo de pessoas que se conhecem e habitualmente estabelecem trocas entre si. Contudo, cada um desses conhecidos possui outros conhecidos ou amigos íntimos que não participam intensamente das interações deste grupo, vindo a integrar outra rede. Todavia, o laço estabelecido entre o indivíduo e seu conhecido mais distante pode não se tratar de uma ligação trivial “mas sim uma ponte crucial entre as duas malhas densamente tecidas de amigos íntimos”. Desse modo, as diferentes redes não estariam conectadas entre si acaso da inexistência desses laços débeis (GRANOVETTER 2003, p. 193; GRANOVETTER 1973, p. 1362-1363). De mais a mais, os laços débeis podiam ampliar o acesso a informações, recursos e oportunidades que de outra forma estariam vedados ao grupo de indivíduos que mantinham ligações mais fortes entre si, pois “os indivíduos com poucos laços débeis estarão privados da informação procedente de partes distantes do sistema social e terão acesso somente às limitadas notícias e opiniões de seus amigos íntimos” (GRANOVETTER 2003, p. 197).

Dialogando com a noção de capital social de Pierre Bourdieu, José Maria Beunza desenvolveu a ideia de capital relacional. Para Bourdieu, o capital social é a síntese dos capitais econômico, cultural, simbólico e relacional. Sob seu ponto de vista, e no que respeita às relações estabelecidas, o capital social refere-se ao conjunto de recursos atuais ou potenciais em razão do pertencimento de uma rede de relações duráveis mais ou menos institucionalizadas (BOURDIEU 2002). José María Beunza amplia as considerações de Bourdieu atendo-se não apenas às ligações úteis de cariz durável, mas também aos laços débeis tal como assinalado por Mark Granovetter. Assim, o autor

define que o capital relacional é dado por um conjunto de relações – fossem elas duradouras ou ocasionais – cuja eficácia é medida com base nos ganhos efetivos, que podem abranger a esfera econômica, de poder e de influência social ou política (BEUNZA 2010a, p. 227). Desse modo, a noção de capital relacional tal como apresentada por José María amplia a margem de entendimento da capacidade de ação dos atores sociais na manipulação dos recursos disponíveis para o alcance de seus interesses.

Por fim, no que tange a análise de rede social, resta abordar a hierarquia em seu interior. De acordo com Edward Laumann e Franz Urban Pappi a estrutura social pode ser definida como um padrão persistente de relações entre posições sociais. Em tempo, a relação social refere-se a qualquer tipo de ligação estabelecida entre ocupantes de posições sociais envolvidas mutuamente (não obstante ressaltem que este vínculo não necessariamente seguia orientações e/ou atividades simétricas). A alocação diferenciada assumida por cada indivíduo, desempenhando tarefas e com responsabilidades variadas, determina a diferenciação social entre os indivíduos (LAUMANN & PAPPI 1973, p. 216). Dedicando-se ao estudo da estrutura da comunidade de elite, Edward Laumann, Peter Marsden e Joseph Galaskiewicz destacam que a tomada de decisão é regulada por um padrão de comunicação e troca de informações entre os líderes da dessa comunidade. Assim, e entendendo que a estrutura social se dá por meio de um padrão recorrente de relações entre posições sociais, defendem que a comunidade de elite é um modelo regulado de comunicação e troca de informação entre seus membros (LAUMANN, MARSDEN, GALASKIEWICS 1977, p. 594 e p. 596).

Tratando especificamente de uma sociedade de Antigo Regime, José María Beunza assinala que embora as relações de parentesco, amizade e profissionais não costumassem ser de natureza hierárquica – uma vez que não era comum haver profundas desigualdades nessas ligações horizontais –, tais vinculações comportavam uma série de obrigações e deveres que variavam conforme a posição ocupada na relação – por exemplo, a autoridade do pai sobre os demais membros da família ocasionando sua a centralidade hierárquica nessa circunstância. Desse modo, tendo em conta essas situações, bem como as conexões de tipo verticais – as quais implicam necessariamente em uma ideia de hierarquia –, o autor destaca que, nesse tipo de sociedade, o vínculo não se estabelecia sobre a base da igualdade. Pelo contrário, era exatamente a assimetria das relações que conferiam o suporte material para o exercício do poder na medida em que à contraface da proteção, da distribuição de recursos e de graças realizados pelo indivíduo

em posição mais privilegiada havia, por via de regra, uma correspondência por parte do indivíduo em posição menos privilegiada no que respeita à prestação de lealdade e serviços. Essa relação de troca podia atender aos interesses de ambos os lados em diferentes níveis (BEUNZA & KORTA 2010, p. 35-36 e BEUNZA 1996, p. 24).

Assim, o autor assinala que as relações centrais, além de serem as que mais contribuía para conformar a economia material do grupo, eram também as que tinham maior peso de influência e capacidade de gerar dependência na rede. Ademais, destaca que essa posição de influência estava fortemente atrelada aos atributos do indivíduo, pois as pessoas que detinham elevada posição econômica e institucional eram dotadas também de “maior riqueza, poder e *status*”, convertendo-se nas principais provedoras de recursos para seus familiares e aconchegados exercendo grande influência sobre eles. Ademais, o autor enfatiza que eram as características próprias do vínculo que estabeleciam as diferenças internas de posição e de atribuições no interior da rede. Isto é, os direitos e os deveres dos membros do agrupamento dependiam ou eram dados pela própria organização do grupo, por seu funcionamento interno (BEUNZA 1996, p. 303 e BEUNZA 1996, p. 24), chamando atenção para o fato de que as diferentes posições hierárquicas no interior da rede correspondem a diferentes funções desempenhadas por seus membros.

Todavia, o aspecto mais interessante acerca da hierarquia talvez seja o fato de que em uma sociedade de Antigo Regime – diferentemente do que se passa na sociedade contemporânea, sobre a qual perpassa a ideia de divisão de classes –, a diferença social não implica na distância social. Nesses termos, à dessemelhança com a sociedade capitalista, no Antigo Regime a diferença social não se estabelecia mediante a diferença econômica seguida de um afastamento social. Ao contrário, a diferença era dada no interior de cada vínculo e de cada círculo social, aprofundando a relação social. Assim, “há que se pensar a ‘diferença’ não como ‘separação’, mas no seio de cada vínculo, como estrutura interna de autoridade e integração, de dominação e de dependência” (BEUNZA 1996, p. 25-26).

Nesse sentido, vale destacar a proximidade entre a nobreza da terra e estratos sociais mais baixos na América colonial. Tal como vem apontando João Frágoso, para além da política matrimonial e de estabelecimento de alianças de tipos vários com pessoas de estratos sociais elevados, a elite da América colonial portuguesa também investia na estratégia de firmar relações com os estratos sociais mais baixos dessa

sociedade. Assim, o autor aponta a existência de uma extensa rede de parentela (mantida em larga medida pelo compadrio) que incluía o batismo de escravos como forma de reforçar os laços de alianças e ampliar a rede de relações da casa (FRAGOSO, 2007). De igual modo, o autor destaca a existência de uma negociação com os cativos que não raro era responsável pela manutenção do poder dos nobres da terra mediante o uso de escravos armados (FRAGOSO 2005, p. 138; KELMER MATHIAS, 2008).

Tornando à hierarquia própria da sociedade de Antigo Regime, a diferença de posição social – o que equivalia dizer ter acesso a diferentes recursos – era em grande medida a forma como se estabelecia a relação de poder. Contudo, essa circunstância por si só não explica satisfatoriamente o exercício do poder efetivo, uma vez que o mesmo não era resultado automático da posição institucional ou econômica de um indivíduo, mas sim das relações de influência que possuía.

Buscando dar conta do entendimento das relações de poder na sociedade de Antigo Regime, José María Beunza faz uso na noção de poder de Max Weber. Conforme o autor, o poder encerra a probabilidade de um ator social impor sua vontade a outrem no trato social, ainda que enfrentando resistências (WEBER 2000, p. 33). De acordo com tal perspectiva, o poder somente existe mediante a consideração daquele sobre quem se exerce o poder, ou seja, é o outro quem torna efetivo o poder dado ao lhe conferir legitimidade. Assim, o autor defende que o poder não advém somente da autoridade mais ou menos institucionalizada, nem da posição fixada pela riqueza ou estatuto jurídico, mas também da “capacidade de ação”. Por outro lado, a “ação pode gerar poder ao afirmar ou ao estender, por exemplo, os recursos humanos e materiais que se controlam”. Desse modo, ressalta que as vinculações eram um elemento fulcral na ampliação do capital social e da capacidade de ação dos indivíduos. Nesses termos, e consoante o autor, as redes relacionais devem ser vistas como redes de poder. Dessa forma, ao estabelecer vínculos os indivíduos buscavam apoio e poder mediante a ampliação do capital relacional e da capacidade de ação social com vias a alcançar seus interesses (BEUNZA 2010a, p. 269 e BEUNZA 1996, p. 13).

Conclusão

O corrente artigo intentou correlacionar o estudo da noção de rede social às sociedades de Antigo Regime. Nesse sentido, destacou o peso de categorias como família,

amizade e parentesco na estruturação das redes sociais e como evidências de seu estabelecimento. Argumentou que o simples pertencimento a tais categorias não era necessariamente signo da constituição de uma rede, malgrado fossem um dos principais fatores que concorressem para tanto, sublinhando que o indivíduo, embora imerso nos valores próprios a elas, estabelecia estratégias de ação com base no seu universo valorativo. Nessa esteira, o texto apontou para a premência de se ter em conta a ação do sujeito enquanto agente racional capaz de estabelecer estratégias voltadas para a maximização de seus ganhos. Logo, a busca por tomar parte em uma rede social poderia ser caudatária não apenas do pertencimento a determinados grupos sociais, mas também da compreensão por parte do indivíduo de que tal caminho lhe favoreceria na concretização de seus objetivos pessoais. Esse entendimento nos leva às possíveis vantagens e desvantagens em fazer parte de uma rede. No que concerne ao primeiro campo, um dos aspectos mais positivos da inserção em uma rede repousa na ampliação dos recursos materiais e imateriais à disposição de seus integrantes. Em função das várias ligações entre seus membros, uma rede poderia aumentar exponencialmente tais recursos. Por outro lado, devido ao caráter grupal da rede, tomar parte na mesma poderia fazer de um indivíduo inimigo de outra rede, com todas as conseqüências daí advindas.

Tendo em conta que nas sociedades de Antigo Regime os sujeitos tinham como prática firmarem vínculos sociais uns com os outros, a noção de rede social constitui uma poderosa ferramenta para a compreensão da lógica de funcionamento das sociedades desse tipo. Através dela, podemos melhor entender fatores como casamento, compadrio, formação de sociedades comerciais, relações creditícias, participação em revoltas, ocupação de cargos administrativos etc. Por tudo anteriormente exposto, trata-se de uma noção extremamente útil e muito conveniente não apenas para o melhor dimensionamento das sociedades de Antigo Regime, mas também se presta perfeitamente bem aos estudos que tomam o nome como fio condutor de suas pesquisas e o indivíduo como um ator social capaz de empreender estratégias de ação.

Recebido em: 29/10/2013.

Aceito em:23/12/2013.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. *Process and form in social life: selected essayis of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BEUNZA, José Maria Imizcoz & KORTA, Oihane Oliveri. Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: BEUNZA, José María Imizcoz & KORTA, Oihane Oliveri (orgs.). *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Sílex, 2010, p. 15-51.

BEUNZA, José Maria Imizcoz. El capital relacional. Relaciones privilegiadas y redes de influencia en el Estado Español del siglo XVIII. In: BEUNZA, José María Imizcoz & KORTA, Oihane Oliveri (orgs.). *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Sílex, 2010a, p. 227-281.

_____. Solidariedades y conflictos. Las relaciones personales en la construcción de economías compartidas y dinámicas duraderas. In: BEUNZA, José María Imizcoz & KORTA, Oihane Oliveri (orgs.). *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Sílex, 2010b, p. 283-334.

_____. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antíguo Régimen. In: BEUNZA, José Maria Imizcoz (dir.). *Élites, poder y red social: las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Servicio Editorial-Universidad del País Vasco/EHU, 1996, p.13-50.

BOISSEVAIN, Jeremy. Network analysis: a reappraisal, *Current Anthropology*, vol. 20, nº 2, jun., 1979, p. 392-394.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 173-201.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 119-154.

_____. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos da América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35-118.

_____. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias no Setecento. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares (orgs.) *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 133-168.

_____. & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANOVETTER, Mark S. La fuerza de los lazos débiles. Revisión de la teoría reticular. In: SANTOS, Félix Requena (org.). *Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 2003, p. 196-230.

_____. The strength of weak ties, *American Journal of Sociology*, vol. 78, nº 6, 1973, p. 1360-1380.

HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-348.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. O braço armado do senhor: recursos e orientações valorativas nas relações sociais escravistas em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França & IVO, Isnara Pereira (Orgs.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da conquista: Edunesb, 2008, p. 89-106.

LAUMANN, Edward; MARSDEN, Peter & GALASKIEWICZ, Joseph. Community-elite influence structures: extension of a network approach, *The American Journal of Sociology*, vol. 83, n° 3, nov., 1977, p. 594-631.

LAUMANN, Edward & PAPPI, Franz Urban. New Directions in the study of community elites, *American sociological review*, vol. 38, n.º 2, apr., 1973, p. 212-230.

LEIVA, Pilar Ponce. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis, *Revista Complutense de historia de América*, vol. 34, 2008, p. 15-42.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. São Paulo: UNICAMP, 1999 (Tese de Doutorado).

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'microstoria'. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 151-172.

SANTOS, Félix Requena. Orígenes sociales del análisis de redes. In: SANTOS, Félix Requena (org.). *Análisis de redes sociales: orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 2003, p. 3-12.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis: *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. UNB, 1979.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.